

	Política LGPD	PLT 009
		Revisão: 01
		Atualizado: 29/11/2024
		Emissão: 04/02/2022

Siglas e Definições

- **Autoridade Nacional de Proteção de Dados (“ANPD”):** Órgão da administração pública responsável por zelar, implementar e fiscalizar o cumprimento da LGPD em todo território nacional. A ANPD foi instituída pela LGPD como órgão da administração pública federal com autonomia técnica, integrante da Presidência da República, definido a sua natureza como transitória e passível de transformação pelo Poder Executivo em entidade da administração pública federal indireta, submetida a regime autárquico especial e vinculada à Presidência da República.
- **Controlador de Dados Pessoais:** pessoa física ou jurídica, de direito público ou privado, a quem competem as decisões referentes ao tratamento de dados pessoais.
- **Dados Pessoais:** Informação relacionada a pessoa natural identificada ou identificável. Também são considerados dados pessoais aqueles utilizados para formação do perfil comportamental de determinada pessoa natural.
- **Dados Pessoais Sensíveis:** Dado pessoal sobre origem racial ou étnica, convicção religiosa, opinião política, filiação a sindicato ou a organização de caráter religioso, filosófico ou político, dado referente à saúde ou à vida sexual, dado genético ou biométrico quando vinculado a pessoa natural.
- **Encarregado ou Data Protection Officer (“DPO”):** Pessoa física ou jurídica indicada pelo Agente de Tratamento para atuar como canal de comunicação entre o Controlador, os titulares de dados e a Autoridade Nacional de Proteção de Dados. Será responsável pela implementação do Programa de Conformidade às leis de proteção de dados pessoais e condução das atividades relacionadas à proteção de dados pessoais no Sistema de Controles Internos e de Conformidade.

	Política LGPD	PLT 009
		Revisão: 01
		Atualizado: 29/11/2024
		Emissão: 04/02/2022

- **Fornecedores:** Terceiros contratados e subcontratados, pessoa física ou jurídica, não enquadrados como parceiros comerciais.
- **Operador de Dados Pessoais:** Pessoa física ou jurídica, de direito público ou privado, que realiza o tratamento de dados pessoais em nome do Controlador.
- **Terceiro:** É toda pessoa física ou jurídica contratada pela Empresa para desenvolver ou auxiliar no desenvolvimento de suas atividades, tanto na qualidade de fornecedores de bens ou serviços, como de parceiros comerciais.
- **Titular de Dados Pessoais (“Titular”):** Pessoa natural a quem se referem os dados pessoais que são objeto de tratamento.
- **Tratamento de Dados Pessoais (“Tratamento”):** Toda operação realizada com dados pessoais, como as que se referem a coleta, produção, recepção, classificação, utilização, acesso, reprodução, transmissão, distribuição, processamento, arquivamento, armazenamento, eliminação, avaliação, controle da informação, modificação, comunicação, transferência, difusão ou extração.

Abrangência

Esta política abrange todos os nossos empregados; terceiros, sejam eles pessoas físicas ou jurídicas que atuam em favor e/ou em nome da empresa em operações que envolvam tratamento de dados pessoais que sejam realizadas no escopo das atividades da Nora Alimentos; aos agentes de tratamento de dados pessoais externos que se relacionem com a empresa; fornecedores; clientes; titulares de dados pessoais.

A presente política inclui todos os dados detidos, usados ou transmitidos pela Empresa em qualquer tipo de veículo, ou seja, dados pessoais registrados em

	Política LGPD	PLT 009
		Revisão: 01
		Atualizado: 29/11/2024
		Emissão: 04/02/2022

papel, trocados via mensagem ou e-mail, mantidos em sistemas de computador ou dispositivos portáteis, bem como dados pessoais transmitidos oralmente.

Materiais

Não se aplica.

Objetivos e Diretrizes

1. Objetivo

A presente política tem como objetivo fornecer orientações sobre como gerenciar as diversas atividades e operações de tratamento de dados pessoais existentes na Nora Alimentos, visando estabelecer diretrizes, responsabilidades e descrever as regras a serem seguidas na condução das atividades e operações de tratamento de dados pessoais.

Este documento faz parte do programa de Compliance em obediência a Lei Geral de Proteção de Dados (Lei nº 13.709/2018 – “LGPD”) e outras leis setoriais sobre o tema.

Esse documento oferece regras e condições para que os dados pessoais possam ser utilizados nas atividades do dia a dia entre empresa, agentes e pessoas físicas em consonância com a LGPD.

2. Diretrizes

A empresa realiza diversas operações de tratamento de dados pessoais buscando o melhor interesse dos titulares dos dados pessoais caracterizando-se como Controladora de Dados Pessoais, Operadora de Dados Pessoais,

	Política LGPD	PLT 009
		Revisão: 01
		Atualizado: 29/11/2024
		Emissão: 04/02/2022

Controladora e Operadora de Dados Pessoais ou Co-Controladora de Dados Pessoais, conforme as definições da LGPD, comprometendo-se ao cumprimento das regras de privacidade e proteção de dados pessoais em sua integralidade.

Os dados tratados pela empresa, são armazenados no Sistema Totvs, sua nuvem e Rede Interna. Estabelecemos um termo de compromisso de proibição de divulgação dos dados pessoais lá alocados.

Os cargos que tratam dados na empresa possuem compromisso de não divulgação, exceto para os propósitos lícitos e confidencialidade, consoante determina a Lei.

2.1 Aplicabilidade

- Contratos de trabalho dos empregados e outros documentos;
- Dados recebidos de clientes e fornecedores por qualquer motivo e meio;
- Políticas e normas de procedimentos de segurança da informação, bem como termos e condições de uso, que tratem sobre confidencialidade, integridade e disponibilidade das informações da empresa;
- Todas as normas internas a respeito da proteção de dados pessoais que vierem a ser elaboradas.

2.2 Princípios Norteadores

- **Finalidade:** a empresa realizará o tratamento de dados pessoais apenas para propósitos legítimos, específicos, explícitos e informados ao titular de dados pessoais, sem possibilidade de tratamento posterior de forma incompatível com essas finalidades.
- **Adequação:** a empresa realizará o tratamento de dados pessoais de forma compatível com as finalidades informadas ao titular de dados, e de acordo com o contexto do tratamento.

	Política LGPD	PLT 009
		Revisão: 01
		Atualizado: 29/11/2024
		Emissão: 04/02/2022

- **Necessidade:** o tratamento de dados pessoais será limitado ao mínimo necessário para a realização de suas finalidades, com abrangência dos dados pertinentes, proporcionais e não excessivos em relação às finalidades do tratamento.
- **Livre Acesso:** será garantido aos titulares de dados pessoais a consulta facilitada e gratuita sobre a forma e a duração do tratamento, bem como sobre a integralidade de seus dados de forma escrita ou eletrônica.
- **Qualidade dos Dados:** garante-se aos titulares de dados pessoais, a exatidão, clareza, relevância e atualização dos dados, de acordo com a necessidade e para o cumprimento da finalidade de seu tratamento.
- **Transparência:** garante-se, aos titulares de dados pessoais, informações claras, precisas sobre a realização do tratamento e os respectivos agentes de tratamento de dados pessoais, observados os segredos comerciais e industriais.
- **Segurança:** a empresa utiliza medidas técnicas, sistêmicas e administrativas aptas a proteger os dados pessoais de acessos não autorizados e de situações acidentais ou ilícitas de destruição, perda ou alteração.
- **Prevenção:** a empresa adotará medidas para prevenir a ocorrência de danos em virtude do tratamento de dados pessoais.

3. Bases Legais para o Tratamento de Dados Pessoais

Todas as operações de tratamento de dados pessoais terão como base legal a lei de LGPD. A realização de operações de tratamento de dados pessoais poderá ser realizada:

- Mediante o fornecimento de consentimento pelo titular de dados pessoais;
- Para o cumprimento de obrigação legal ou regulatória;
- Para a realização de estudos por órgão de pesquisa;

	Política LGPD	PLT 009
		Revisão: 01
		Atualizado: 29/11/2024
		Emissão: 04/02/2022

- Quando necessário para a execução de contrato ou de procedimentos preliminares relacionados a contrato do qual seja parte o titular de dados pessoais;
- Para o exercício regular de direitos em processo judicial, administrativo ou arbitral;
- Para a proteção da vida ou da incolumidade física do titular de dados pessoais, ou de terceiros;
- Para a tutela da saúde, exclusivamente, em procedimento realizado por profissionais de saúde, serviços de saúde ou autoridade sanitária;
- Quando necessário para atender aos interesses legítimos ou de terceiros;
- Para a proteção do crédito;
- Para consecução de negócios lícitos.

4. Tratamento de Dados Pessoais Sensíveis

Este compromisso incorpora os dados pessoais sensíveis enumerados no art. 5º, inciso II da LGPD, bem como os dados financeiros que, para os fins desta Política e do Programa de Conformidade da LGPD, terão o mesmo status que os dados pessoais sensíveis.

Os dados pessoais de crianças e adolescentes, nas remotas hipóteses de tratamento, serão tratados com o mesmo nível de cuidado exigido e oferecido aos dados pessoais sensíveis, mas também estarão sujeitos às disposições próprias estabelecidas no Capítulo II, Seção III, da LGPD, e outras normas específicas aplicáveis.

A realização de operações de tratamento de dados pessoais sensíveis somente poderá ser realizada:

	Política LGPD	PLT 009
		Revisão: 01
		Atualizado: 29/11/2024
		Emissão: 04/02/2022

- Quando o titular de dados pessoais ou seu responsável legal consentir, de forma específica e destacada, para finalidades específicas;
- Sem fornecimento de consentimento do titular de dados pessoais, nos casos em que o tratamento for indispensável para:
 - a. O cumprimento de obrigação legal ou regulatória da Empresa;
 - b. A realização de estudos quando a empresa estiver na posição de Órgão de Pesquisa, garantida, sempre que possível, a anonimização dos dados pessoais sensíveis;
 - c. O exercício regular de direitos, inclusive em contrato e em processo judicial, administrativo e arbitral;
 - d. Proteção da vida ou da incolumidade física do titular de dados pessoais, ou de terceiros; e
 - e. Tutela da saúde, exclusivamente, em procedimento realizado por profissionais de saúde, serviços de saúde ou autoridade sanitária.

Todos os titulares de dados pessoais estão cientes que fornecem informações de forma consciente e voluntária para tratamento ao fim específico que se destina.

5. Compartilhamento de Dados Pessoais

A Nora Alimentos divulgará os Dados Pessoais coletados a terceiros, nas situações exigidas e autorizadas pela Lei:

- Com os seus clientes e parceiros quando necessário e/ou apropriado à prestação de serviços relacionados;

	Política LGPD	PLT 009
		Revisão: 01
		Atualizado: 29/11/2024
		Emissão: 04/02/2022

- Com as empresas, indivíduos, fornecedores contratados para a execução de determinadas atividades e serviços que necessitem da divulgação, tais como empresas de plano médico, contabilidade, tecnologia etc.;
- Para propósitos administrativos como: pesquisa, planejamento, desenvolvimento de serviços, segurança e gerenciamento de risco.
- Quando necessário em decorrência de obrigação legal, determinação de autoridade competente, ou decisão judicial.

6. Divulgação Legal

A empresa divulgará dados nas hipóteses legais, vejamos:

- Cumprir com uma legislação que exija tal divulgação;
- Investigar, impedir ou tomar medidas relacionadas a atividades ilegais suspeitas ou reais ou para cooperar com órgãos públicos ou para proteger a segurança nacional;
- Execução de seus contratos;
- Investigar e se defender contra quaisquer reivindicações ou alegações de terceiros;
- Proteger a segurança ou a integridade dos serviços (por exemplo, o compartilhamento com empresas que estão sofrendo ameaças semelhantes);
- Exercer ou proteger os direitos, a propriedade e a segurança da empresa e suas empresas coligadas;
- Proteger os direitos e a segurança pessoal de seus funcionários, usuários ou do público; e
- Em caso de venda, compra, fusão, reorganização, liquidação ou dissolução.

A Nora Alimentos cientificará os respectivos titulares dos dados sobre eventuais demandas legais que resultem na divulgação de informações pessoais, a menos

	Política LGPD	PLT 009
		Revisão: 01
		Atualizado: 29/11/2024
		Emissão: 04/02/2022

que tal cientificação seja vedada por lei ou proibida por mandado judicial ou, ainda, se a requisição for emergencial.

7. Compartilhamento de Dados Pessoais Recebidos no Site

Compartilhamos seus dados pessoais com:

- Terceiros prestadores de serviço que realizam o tratamento de dados pessoais em nome da empresa, para processar cartões de crédito e pagamentos, gerenciamento de site, venda online, servidores, nuvens, entregas, distribuir e-mails, pesquisa e análise, gerenciar marcas e promoções de produtos, bem como administrar certos serviços e recursos. Ao utilizar terceiros provedores de serviços, firmamos acordos que exigem que estes implementem medidas técnicas e organizacionais em consonância com as nossas políticas de proteção de Dados.
- Também poderemos transferir seus dados pessoais no caso de venda ou transferência da totalidade ou de parte dos nossos negócios ou ativos (incluindo no caso de recuperação, cisão, dissolução ou liquidação).

7.1 Dados Coletados no Site

Solicitamos dados pessoais para fornecer-lhe os produtos ou serviços requeridos. Esses dados pessoais incluem:

- informações de contato, incluindo nome, RG, CPF, e-mail, telefone e endereço de envio e cobrança;
- login e informações da conta, incluindo nome de tela, senha e ID única de usuário;
- informações de pagamento ou cartão de crédito;
- preferências pessoais, incluindo sua lista de desejos, bem como preferências de marketing e cookies.

	Política LGPD	PLT 009
		Revisão: 01
		Atualizado: 29/11/2024
		Emissão: 04/02/2022

Ao interagir com nosso site, certos dados são coletados automaticamente de seu dispositivo ou navegador web por Fornecedores de serviço de Leading, provedor do site e TI da empresa. Esses dados incluem:

- IDs do dispositivo, estado da chamada, acesso à rede, informações de armazenamento e informações da bateria;
- Cookies, endereços IP, cabeçalhos de referência, dados que identificam seu navegador web e versão e sinalizadores (beacons) e etiquetas (tags) web.

Crianças:

Cumprimos as leis locais e não permitimos que crianças se registrem em nosso site quando estiverem abaixo do limite de idade legal do país em que residem.

Ferramentas para Gerenciar Dados Pessoais Coletados:

Ao usar nosso site, utilizamos sua localização e enviaremos notificações. Poderemos solicitar esse consentimento ou utilizar as permissões padrão disponíveis em seu dispositivo.

Em muitos casos, o navegador web ou plataforma do dispositivo móvel fornecerá ferramentas adicionais para permitir o controle quando o dispositivo coleta ou compartilha categorias específicas de dados pessoais, bem como para exercer o direito de optar por cancelar ou não compartilhar certos tipos de dados com a empresa.

7.2 Utilização dos Dados Recebidos pelo Site da empresa

Para Fornecer os Recursos do Site:

- Quando o usuário utilizar o site da empresa, usaremos dados pessoais para fornecer o produto solicitado. Ou seja, quando fizer uma compra no site, as

	Política LGPD	PLT 009
		Revisão: 01
		Atualizado: 29/11/2024
		Emissão: 04/02/2022

informações de contato serão usadas para se comunicar com o usuário sobre a compra.

- Se o usuário entrar em contato com os canais de comunicação disponíveis no site, as informações como entrega, pagamento, ou o produto adquirido serão utilizadas para resolver um problema ou dúvida.
- Quando houver consentimento, serão enviadas comunicações de marketing e notícias sobre os produtos Nora Alimentos disponíveis em nosso site, sendo que o usuário poderá optar por realizar o cancelamento a qualquer momento após ter dado seu consentimento.

Os dados pessoais dos usuários também poderão ser utilizados para fins de contabilidade, auditoria e outras funções internas para melhorar a experiência de usuário e ajudar a diagnosticar problemas, bem como para fins de pesquisa e análise, para entender o comportamento ou preferências do cliente.

8. Direitos dos Titulares de Dados Pessoais

- **Direito de Acesso:** o titular de dados pessoais pode solicitar e receber uma cópia de todos os dados pessoais coletados e armazenados.
- **Direito de Correção:** o titular de dados pessoais pode requisitar a correção de dados pessoais que estejam inexatos ou desatualizados.
- **Direito de Eliminação:** o titular de dados pessoais pode requisitar a exclusão de seus dados pessoais de bancos de dados geridos pela empresa, salvo se houver um motivo legítimo para a sua manutenção. Na hipótese de eliminação, a empresa se reserva o direito de escolher o procedimento de eliminação empregado, comprometendo-se a utilizar meio que garanta a segurança e evite a recuperação dos dados, no caso o sistema atualmente utilizado é o da empresa TOTVS portanto, ela será a responsável pela eliminação definitiva.

	Política LGPD	PLT 009
		Revisão: 01
		Atualizado: 29/11/2024
		Emissão: 04/02/2022

- **Direito de Solicitar a Suspensão de Tratamento Ilícito de Dados Pessoais:** o titular de dados pessoais poderá requisitar a anonimização, bloqueio ou eliminação de seus dados pessoais que tenham sido reconhecidos por autoridade competente como desnecessários, excessivos ou tratados em desconformidade com o disposto na LGPD. A solicitação deverá ser feita ao DPO no e-mail juridico@noraalimentos.com.br. A resposta do DPO será dada em resposta ao e-mail no prazo de 5 dias úteis.
- **Direito de Oposição a um Tratamento de Dados Pessoais:** nas hipóteses de tratamento de dados pessoais não baseadas na obtenção do consentimento, o titular de dados pessoais poderá apresentar uma oposição, que será analisada a partir dos critérios presentes na LGPD. A solicitação deverá ser feita ao DPO no e-mail juridico@noraalimentos.com.br. A resposta do DPO será dada em resposta ao e-mail no prazo de 5 dias úteis.
- **Direito a Revogação do Consentimento:** o titular de dados pessoais tem direito a revogar o seu consentimento. Entretanto, ressalta-se que isso não afetará a legalidade de qualquer tratamento realizado antes da retirada. A solicitação deverá ser feita ao DPO no e-mail juridico@noraalimentos.com.br. A resposta do DPO será dada em resposta ao e-mail no prazo de 5 dias úteis.

9. Deveres

9.1 Deveres para o Uso Adequado de Dados Pessoais:

Os deveres de cuidado, atenção e uso adequado de dados pessoais se estendem a todos os destinatários desta Política no desenvolvimento de seus trabalhos e atividades.

9.2 Deveres Específicos dos Titulares de Dados Pessoais

Incumbe aos titulares de dados pessoais comunicar sobre quaisquer modificações em seus dados pessoais na sua relação com a empresa (exemplo

	Política LGPD	PLT 009
		Revisão: 01
		Atualizado: 29/11/2024
		Emissão: 04/02/2022

mudança de endereço, estado civil), notificando-a: Por e-mail endereçado ao DPO – juridico@noraalimentos.com.br.

9.2 Deveres Específicos dos Empregados

O compartilhamento de dados pessoais de titulares de dados pessoais entre os departamentos da empresa é permitido, desde que respeitada a sua finalidade e base legal, observado o princípio da necessidade, ficando o tratamento de dados pessoais sempre restrito ao desenvolvimento de atividades autorizadas pela empresa descritas nesse documento e/ou outro regramento interno.

9.3 Deveres dos Empregados, Agente de Tratamento de Dados Pessoais e Terceiros

- Não disponibilizar nem garantir acesso aos dados pessoais mantidos pela empresa para quaisquer pessoas físicas ou jurídicas não autorizadas, ou competentes conforme as normas da empresa.
- Obter a autorização para o tratamento de dados e ter os documentos necessários que demonstrem a designação de sua competência para a realização a operação de tratamento de dados lícita, nos termos dessa política.
- Cumprir as normas, recomendações, orientações de segurança da informação e prevenção de incidentes de segurança da informação descritas nesse e nos demais regramentos sobre o tema.

9.4 Deveres de Todos dos Destinatários desta Política

Todos os destinatários desta Política têm o dever de contatar o DPO da Nora Alimentos, quando da suspeita ou da ocorrência efetiva das seguintes ações:

- Operação de tratamento de dados pessoais realizada sem base legal que a justifique;

	Política LGPD	PLT 009
		Revisão: 01
		Atualizado: 29/11/2024
		Emissão: 04/02/2022

- Tratamento de dados pessoais sem a autorização expressa da empresa no escopo das atividades que desenvolve; e
- Eliminação ou destruição não autorizada de dados pessoais de arquivos físicos ou eletrônicos.

10. Relações com os Terceiros a LGPD

Estabelece que a responsabilidade no caso de danos patrimoniais, morais, individuais ou coletivos derivados de violações à legislação de proteção de dados pessoais é solidária e todos os agentes da cadeia envolvendo o tratamento de dados pessoais podem ser responsabilizados pelos eventuais danos causados.

Dessa forma, todos os contratos com terceiros deverão conter cláusulas referentes à proteção de dados pessoais, ou informativo expresso com força de estabelecer deveres e obrigações envolvendo a temática.

11. Transferência Internacional de Dados Pessoais

Nas hipóteses em que há consentimento para tratar dados, a empresa poderá transferir dados pessoais para outros países desde que, alternativamente:

- O país seja classificado como tendo um nível adequado de proteção de dados atribuído pela ANPD ou a transferência seja autorizada pela ANPD;
- Enquanto não houver lista de países de nível adequado divulgada pela ANPD, o país seja classificado pela Comissão Europeia, por meio de uma decisão de Adequação, como país de nível adequado aos critérios da GDPR;
- Obtenha consentimento explícito e destacado dos titulares de dados pessoais para realização de operações de transferência internacional de dados pessoais.
- O agente de tratamento de dados pessoais internacional ofereça pelo menos uma das salvaguardas abaixo:

	Política LGPD	PLT 009
		Revisão: 01
		Atualizado: 29/11/2024
		Emissão: 04/02/2022

- a) Códigos de Conduta regularmente emitidos ou *binding corporate rules* aprovados pela Comissão Europeia;
- b) Cláusulas Contratuais Padrão emitidas pela ANPD ou pela Comissão Europeia; e
- c) Selos e Certificados de conformidade ou adequação à proteção de dados pessoais concedidos por entidades reconhecidas pela ANPD ou pela Comissão Europeia.

Elaboração	Verificação	Aprovação
J. Fernandes Escritório de Advocacia Externo	Juliana Lerario Diretora Executiva	Juliana Lerario Diretora Executiva